

CRISTIANISMO E CULTURA
BROTÉRIA

VOLUME 189

4

OUTUBRO 2019

DIRECTOR *António Júlio Trigueiros, SJ*

DIRECTOR ADJUNTO *Manuel Lencastre Cardoso, SJ*

CONSELHO DE DIRECÇÃO *Francisco Sassetti da Mota, SJ*
João Norton de Matos, SJ
Vasco Pinto de Magalhães, SJ

CONSELHO DE REDACÇÃO *Carlos Capucho*
Francisco Malta Romeiras
Francisco Sarsfield Cabral
Guilherme d'Oliveira Martins
Henrique Leitão
Joaquim Sapinho
José Carlos Seabra Pereira
José Souto de Moura
Manuel Braga da Cruz
Margarida Neto
Miguel Corrêa Monteiro

REVISÃO DE TEXTO *Maria Benedita Soares Franco*

DESIGN GRÁFICO *Teresa Olazabal Cabral*

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS *Minhografe – Artes Gráficas, Lda.*
Braga - Portugal

PROPRIEDADE *Brotéria – Associação Cultural e Científica*
NIPC 503312070

DIRECÇÃO *Rua de S. Pedro de Alcântara, 3*
ADMINISTRAÇÃO *1250-237 Lisboa - Portugal*
ASSINATURAS *Tel.: 21 396 16 60 - Fax: 21 395 66 29*
E DISTRIBUIÇÃO *E-mail: broteria@gmail.com*
Site: www.broteria.pt

ASSINATURA 2019: Portugal: 55 € • Europa: 90 € • Outros países: 95 €

NÚMERO AVULSO: Portugal: 7,50 € • Europa: 10 € • Outros países: 12 €

NÚMEROS ATRASADOS (+3 ANOS): Preço actual

IBAN: PT50 0007 0101 00461660002 25

ISSN 0870-7618 • Depósito Legal 54960 / 92 • Tiragem: 950 exs.

Revista Mensal Publicada pelos Jesuítas Portugueses desde 1902

fia), beneficiando a exposição dos argumentos de uma referência constante a *Sylvie* de Gérard de Nerval / Labrunie e com recurso pontual a observações de Marcel Proust, que é uma influência clara. Eco assenta a sua argumentação numa distinção entre autor e leitor modelo e autor e leitor empíricos, i.e., a pessoa que escreve e a pessoa que lê por oposição a um autor e a um leitor idealizados pela “estratégia textual” e mutuamente construídos na leitura.

A esta distinção associa-se a distinção entre leitor do primeiro nível e leitor de segundo nível (pp. 37-38) e que se refere sobretudo aos textos em prosa narrativa, à ficção que poderia ser um bosque, como alude o título: o leitor de primeiro nível está mais interessado em encontrar uma saída dele, ou seja, o desfecho de um enredo ou de “acertar” (expressão minha) no significado de um texto, enquanto o leitor de segundo nível encontra prazer em desvendar os diferentes caminhos possíveis, as sugestões da linguagem e da estrutura narrativa. O leitor de segundo nível aprecia a alternância entre a rapidez que um bom enredo exige e a lentidão própria da hipotipose, da invocação de imagens vivas. É por isso que, con-

clui, a literatura é capaz de fascinar continuamente o seu leitor, donde o cinema terá aprendido a sua técnica. (p. 87) Um pensamento que importa recuperar, julgo, numa época em que se lê muito pouco e nos preocupamos demasiado com *spoilers*.

Aliás, a distinção entre estes tipos diferentes de leitor é o fundamento daquele que será, porventura, o argumento mais ambicioso destas suas palestras: “[...] os textos ficcionais vêm em socorro da nossa estreiteza metafísica” (p. 138) Diz Eco que a procura do autor-modelo, ou da sua “estratégia de configuração”, através de sinais coerentes com uma possível “enciclopédia” correspondente ao mundo ficcional em causa, permitem que exploremos, sem limites definidos, a profundidade de um texto. Ora esta procura, diz Eco, é uma “*Ersatz*” da procura do sentido da existência, onde dificilmente encontramos um autor, quanto menos “sinais”. Os textos ficcionais confortam-nos nesse sentido porque são mais limitados e, portanto, fáceis de dar resposta. O argumento é interessante e explorado com exemplos de enorme beleza (especialmente na palestra final). Todavia, Eco parte do pressuposto que todos os textos

têm uma mensagem (pp. 139-140) e seria interessante se tivesse havido tempo para questionar um pouco mais este aparente axioma. É, por fim, a partir desta ideia de conforto na ficção que Eco vais mais longe e sugere o incómodo: “procuramos ler [a nossa vida] como se fosse uma peça de ficção.” (p. 142) Eco não se refere tanto à vida pessoal, mas principalmente à vida em sociedade, quando a ficção invade a realidade: ao discorrer sobre a longa genética textual dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, um texto anti-semita que inspirou o Holocausto, compreendemos os perigos da rarefacção de conhecimento, ou da entropia da comunicação, se quisermos, a que se presta a simplificação e abuso das narrativas. É impossível não relacionar este argumento com a nossa realidade profundamente mediática onde predominam as *fake news* e se valoriza mais a matéria de opinião do que a matéria de facto... E assusta-nos, com razão, o extremo a que este exemplo alude. “A evidência dos factos não basta a quem deseja viver num mundo de terror”. (p. 166). Uma última nota, que não é de somenos, deve ir para a presente tradução, muitas vezes descuidada e outras infeliz, dificul-

tando a compreensão do texto: se a partir da página 133 começam a tornar-se incomportáveis os erros de tipografia, há situações em que a tradução é mesmo equívoca. A título de exemplo, logo no início, a tradutora optou por não traduzir a palavra “memo”, apesar de traduzi-la no título de Calvino por “propostas”, e mais adiante também nos fala de umas misteriosas “Tábuas da Verdade”, quando na realidade Eco se refere às tabelas de verdade da lógica formal (p. 120). Mais uma ocasião pertinente para relembrar a importância da boa tradução de textos filosóficos.

(Pedro Franco)

Filosofia

Luz, José Luís Brandão da

Os Açores na Filosofia e nas Ciências – Estudos I

383 págs. Letras Lavadas, 2018
(20,38 €)

Os primeiros vinte itens desta obra versam sobre pensadores e cientistas açorianos da segunda metade do século XIX e inícios do século XX – Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Francisco de Arruda

Furtado, Eugénio Pacheco, Caetano de Andrade, Sena Freitas, Antero de Quental, Faria e Maia – cujos retratos figuram na capa do livro. Os temas predominantes são o influxo do positivismo e do utilitarismo na concepção do homem e da sociedade, a crítica da metafísica e da religião, por aqueles que militaram pela propagação dos ideais republicanos que levaram à instauração da República em Portugal, mas também por quem criticou o positivismo e o materialismo, reabilitando a metafísica e legitimando a religião, com destaque ainda para vários capítulos sobre cientistas que se notabilizaram no campo das ciências da natureza e na biologia ou em pesquisas antropológicas.

A obra abre com Teófilo Braga e a sua visão positivista da filosofia, que então ganhou terreno entre nós, como filosofia do progresso, intimamente associada ao desenvolvimento das ciências – portanto de investimento na educação política, na industrialização, na rede viária, etc. – e naos ideais republicanos. Tais pesquisas são acompanhadas duma inquirição da ideia de República, elucidada no livro a partir das obras de Teófilo Braga e de Manuel de Arriaga.

Sobre o primeiro, em nove capítulos, Brandão da Luz centra a sua atenção nas várias incidências da vasta obra de Teófilo – à qual alude com frequência – na senda do positivismo, demarcando-se da visão socialista de Antero de Quental, que ligava a instauração da república à acção do “povo” explorado contra as classes dominantes. Ora Teófilo seguiu o cânone positivista, que preconizava a acção política mediante o conhecimento científico da sociedade, na “procura de equilíbrios entre as forças da ordem e do progresso”, na esteira de Auguste Comte; de facto, para este, o desenvolvimento do conhecimento científico esvaziou o domínio da metafísica “e confiou à filosofia a organização da “ordem invariável e necessária” dos diferentes ramos de saber, “determinada pelo seu grau de generalidade, simplicidade e de independência recíproca”” (29). No entanto, o pensamento filosófico de Teófilo não se desenvolveu somente sob o influxo de Comte, mas também de Littré, Stuart Mill, Herbert Spencer e Darwin, além de outros, pelo que introduziu rectificações à filosofia de Comte, nomeadamente no que concerne aos “últimos desenvolvimentos das ciências” que per-

mitiram “dar uma comprovação psicológica e biológica à lei dos três estados” – no tempo de Comte não existia ainda uma psicologia positiva – propondo denominar os “três estados” de Comte (teológico, metafísico e positivo) pelos “três períodos do desenvolvimento psicológico” (sincretico, descrédito e concreto), conforme nele predominem as sensações, os sentimentos ou as noções racionais (30).

No que se refere à intervenção política, “Teófilo esteve sempre ligado às causas democráticas e republicanas de recorte federalista, seja pela doutrinação seja pelo combate”, tal como Manuel de Arriaga. Nestes autores, como Brandão da Luz amiúde esclarece, surge uma noção de república que supera a mera acepção corrente – regime político oposto à monarquia – em que os cidadãos não só elegem quem os governa mas são instados à participação, afinal um republicanismo que colidia com o centralismo administrativo imperante, incapaz de “suscitar sentimentos de solidariedade entre várias partes do território nacional” – daí, o apelo do federalismo como solução possível.

Por sua vez, também Manuel de Arriaga, já no curso de Direito em

Coimbra, “num ambiente favorável à difusão de novas correntes de pensamento”, se opunha “ao espírito reaccionário de alguns círculos da Universidade” [de Coimbra], participando no combate político em prol das ideias republicanas, tendo exercido, após a proclamação da República, cargos da maior relevância – Reitor da Universidade de Coimbra (1910), Procurador-Geral da República (1910-1911), primeiro Presidente da República eleito (1911-1915). A sua obra mais importante, *Harmonias Sociais*, publicada já com 67 anos de idade, ilustra um pensamento mui amadurecido pela reflexão e prática política, representando, como ele mesmo declara, “a síntese dos nossos aturados estudos durante perto de meio século”, que José Luís aprecia nos quatro capítulos que lhe dedica (e outros escritos, entre os quais o poema *Cantos Sagrados*). Se Arriaga contestou soluções revolucionárias de inspiração socialista que tanto entusiasmaram alguns dos seus contemporâneos, crê na força da ciência e do direito para “construir uma sociedade igualitária” (110), defensor que foi do ensino das conquisistas das ciências positivas às novas gerações – “fundando esco-

las, dotando-as com tudo quanto lhes seja preciso para verificação das Verdades, laboratórios, observatórios, bibliotecas e museus” (117), pois “o homem só se valoriza, socializando-se, e só se socializa, com os recursos infinitos que lhe fornecem a Natureza” (112),^{que} é vista como um sistema de forças que interagem, sem se destruírem mutuamente e em que todos os elementos – movimento, calor, luz, electricidade, magnetismo e outros poderes ocultos – operam “num equilíbrio unido e solidário”. Para organizar a sociedade segundo padrões da justiça, Arriaga enunciou um conjunto de doze leis de organização, propiciadoras da política da sociedade futura, que se condensam em duas – a mutualidade e a solidariedade (116).

Já o Padre Sena Freitas, no seu *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte*, admitindo nesta corrente “algumas teorias, alguns princípios experimentais aproveitáveis, sobretudo em sociologia, com que se pode completar uma filosofia espiritualista” (261), salienta a visão redutora que lhe subjaz, na medida em que reduz o conhecimento científico ao que “apenas se vê com os olhos, se ouve com os ouvidos, se

toca com as mãos, ou se saboreia com o paladar”. Assim, o monismo metodológico é a sua principal crítica, isto é, impor o procedimento das ciências da natureza a todo o tipo de conhecimento, quando o experimentalismo, indispensável à construção do conhecimento científico, não tem que inviabilizar uma filosofia espiritualista: ora, o que transcende a análise indutiva “é ainda do domínio científico, mas não mais um resultado do método experimental”, como o mostram “as ciências matemáticas que se exprimem sob a forma de proposições axiomáticas” (265); aliás, para Sena Freitas, é da harmonia de ambos – experimentalismo e espiritualismo – que resulta uma adequada visão do homem e do mundo.

Defensor da livre concorrência entre o ensino público e privado, criticava já com agror os métodos pedagógicos que sobrecarregavam a memória e era paladino da relevância do estudo das ciências na formação dos jovens – variável ou dinâmico, pois deverá reflectir os seus avanços – tendo como acme a formação moral do homem, onde sobrepuja a educação religiosa como “a chave da ordem e da paz assim individual como social” (286)

– tal como Brandão da Luz desenvolve no capítulo sobre “os ideais educativos de Sena de Freitas” – cujo espírito de vanguarda ter-se-á nutrido das múltiplas viagens por vários países e continentes. De facto, ora interessava-lhe aprofundar o conhecimento das ciências (Londres), imprescindível na formação da juventude e também do clero – cujo concurso é relevante na libertação das pessoas, nas “suas necessidades e justas reivindicações” (303) – ou experimentar a vivência democrática, como na cidade belga de Gand – “um dos principais centros da acção da democracia cristã”, ou em cidades da Suíça, Alemanha, Holanda, França, Inglaterra e Irlanda – como descreve em *Por Água e Terra*. Visitou ainda países da bacia do Mediterrâneo, esteve em Istambul – qual “estudioso de etnografias dos diferentes povos” (311) – tendo permanecido ainda em cidades do Brasil, Argentina e Uruguai. É com demora e argúcia que José Luís analisa o pensamento e obra de Sena Freitas, pondo-o em paralelo, por vezes, com o de Teófilo.

Brandão da Luz presenteia-nos com a indagação doutros saberes então de ponta, em que se notabilizaram Arruda Furtado e Eugénio

Pacheco. O primeiro efectuou pesquisas no domínio das ciências naturais, reconhecidas “pelos mais credenciados cientistas estrangeiros com quem se correspondeu”, na senda da teoria evolucionista de Darwin, e o seu espólio foi doado pela família à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1953 (já devidamente catalogado e digitalizado). Por ex., “Arruda Furtado adverte para a semelhança das formas dos embriões dos vertebrados nos primeiros tempos da sua evolução” e, segundo ele, “o homem passa, na sua vida embrionária, pelas formas que os seus antepassados deveriam ter passado, reproduzindo “em alguns meses formas que a selecção empregou milhares de anos a fazer atravessar aos seus longínquos avós”” (189). É em *O Homem e o Macaco* (1881), onde defendeu a teoria evolucionista, que escreveu: “a necessidade chama a um novo uso; os órgãos modificam-se inevitavelmente para o satisfazer; a hereditariedade fixa e acumula essas variações” (193).

Por sua vez, Eugénio Pacheco, um indefectível defensor da causa republicana e da autonomia política dos Açores, “foi membro da Sociedade Francesa de Mineralogia, dedicou especial atenção ao estudo

das rochas vulcânicas da ilha de São Miguel” (204) e “debateu questões relativas à taxonomia das Ciências Biológicas”, tendo em conta “os contributos e as inovações introduzidas por Haeckel” (218). Foi ainda pioneiro em Portugal na investigação dos circuitos cerebrais que está na base da compreensão da actividade mental, conforme “veio a ser posteriormente desenvolvida pelas mais fecundas ciências que se dedicaram ao estudo da neurofisiologia” (221). Ficou célebre a sua polémica com Miguel Bombarda (reformador do Hospital Psiquiátrico de Rilhafoles, em Lisboa) sobre as impertinências deste, aquando da sua visita aos Açores “em finais de 1898 com o intuito de habilitar tecnicamente a Junta Geral dos Distrito de Ponta Delgada a organizar o plano de construção dum hospital psiquiátrico em São Miguel” (209); por isso retorquiu, estranhando que “na maior parte das coisas açorianas, só visse o lado mau em umas e em outras achasse o mal quando ele não existe!” (214).

No domínio sociopolítico, uma palavra é devida a Caetano de Andrade, com a sua tese *Direitos dos Operários: estudos sobre as greves* (1870), onde debate temas importantes para as reformas libe-

rais que “procuravam libertar o país dos entraves ao desenvolvimento económico” (229); aí mostra o atraso da situação portuguesa mediante uma análise comparativa com experiências congéneres doutros países da Europa e os Estados Unidos, defendendo princípios essenciais, tais como: “o direito de associação não é susceptível de ser impugnado em nome de uma estratégia política” (235), já que assenta “em princípios que não sofrem a corrosão do tempo, como a dignidade da natureza livre da pessoa humana e o ideal da justiça” (235); como escreveu, “a igualdade está na identidade das faculdades, na comunidade dos interesses, na analogia dos direitos, na semelhança das obrigações”.

Também Faria e Maia, contemporâneo e amigo íntimo de Antero de Quental, se orientou pela filosofia do direito, em especial na *Determinação e Desenvolvimento da Ideia do Direito ou Síntese da Vida Jurídica* (1878), onde sustém que “entre o domínio material e a vida espiritual há diferenças reais e efectivas que marcam distintos modos de actividade com crescente plasticidade”, mas a natureza não deve ser pensada “em termos bipolares de matéria e espírito” (340);

assim, “não há lugar para dualismos ou, como o próprio diz, “não existem vidas e espíritos puros, nem uma matéria completamente inerte, mas substâncias que se organizam, realizando diferentes modos de actividade e passividade em harmonia com a lei da evolução e da involução”” (341). Esta interacção prossegue a diferentes níveis, da vida instintiva aos da vida espiritual, como o pensamento, o sentimento e a vontade, constituindo esta o elemento comum da vida moral, jurídica e económica, que possibilita, sob inspiração leibniziana e sobretudo kantiana, o edifício jurídico-político em que a integridade da pessoa é o primeiro dos direitos, mas onde outras instâncias são determinadas, como o governo, em que avulta a interpretação da justiça como primacial, já que será justo o que for favorável aos desígnios da vontade colectiva, sendo esta compreendida a partir das outras vontades individuais.

Neste seu livro, em boa hora publicado, Brandão da Luz dedica o antepenúltimo item ao notável Poeta-Filósofo açoriano, intitulado “a viragem de Antero para a filosofia”, com insistência, mormente em *A Filosofia da Natureza dos Naturalistas* (1886), nas limita-

ções do naturalismo, pois “só por meio da especulação metafísica se poderá ultrapassar os constrangimentos ou as contradições com que a análise científica nos confronta, sendo por isso “dentro da razão, não fora dela, que têm de ser marcados os limites do conhecimento”” (334). É na III parte de *Tendências Gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX* (1890) que Antero atribui à consciência a capacidade de conhecer o que as ciências da natureza ignoram, “as verdadeiras causas, o ser íntimo e a realidade substancial das coisas”” (335), temas dilucidados numa prosa dúctil e aprazível, que rematam com a tensão entre poesia e filosofia, já que o próprio Antero afirmou ter sido “sempre mais poeta que filósofo” (336).

Por fim, e melhor epílogo não havia, o 21º título versa o tema “Elementos para uma mundividência naturalista nos Açores”, fechando do melhor modo a obra, numa edição em que a apresentação e impressão são de óptima qualidade, contendo ainda a reprodução de pinturas de Teófilo Braga e Manuel de Arriaga (de Tomás Borba Vieira), bem como a reprodução da tela que mostra Eugénio Pacheco com o rei D. Carlos (de

Ernesto Ferreira Condeixa), aquando da visita régia aos Açores, em 1901

Trata-se do volume I, aguardando-se o novo volume que reúna mais estudos de autores açorianos – estes e outros – e de épocas diferentes, numa obra que é dum açoriano sobre açorianos, que são figuras primordiais na cultura dos Açores, mas incontornáveis no *panorama nacional*, dado o influxo decisivo que tiveram em correntes de pensamento, na investigação científica e em acontecimentos que transformaram Portugal.

(Acílio Rocha)

História

MARQUES, Fernando Pereira
“Saúde e Fraternidade!”: A República possível (1910-1926). 304 págs. Gradiva Editora Guilherme Valente, 2018. (13 €)

Não deixa de ser significativo que este ensaio de explicação compreensiva da 1ª República derive de um capítulo

destinado a um livro do Autor intitulado *Sobre as Causas do atraso nacional: contributos para uma Arqueologia* (2010) e que, na Conclusão do ensaio, Fernando Pereira Marques coteje um texto de António Reis: *O Fim da Primeira República* (inserto na História da Primeira República de Fernando Rosas e Fernanda Rollo, 2009). São ambos indicadores genéricos da linha interpretativa seguida e que é, sucintamente, apresentada numa brevíssima Introdução e repetida (um extracto) na contracapa do livro: tal como enfatizou Fernando Rosas, em trabalho editado no mesmo ano, uma visão comparada da República, com situações coetâneas em outras sociedades europeias, torna-se imprescindível para se entender o caso português na respectiva conjuntura internacional. E a partir deste ponto prévio, vale a pena reter as suas demarcações: “é, pois, redutor atribuir a queda da 1ª República a “erros” e “faltas”, “desvios” – segundo as versões benignas de

tipo historicista – ou à perversidade “jacobina”, “anticlerical” ou até “autoritária” dos políticos republicanos, segundo as versões de outros historiadores” (p. 12). Não foi nem a catástrofe ou o caos que seus adversários ideológicos empolaram, nem a “Causa Santa” e Regeneradora que seus idólatras propalaram. Foi, para Fernando Pereira Marques, a “República possível na sociedade portuguesa com as suas características e problemas específicos, um processo complexo, mas modernizador travado eficazmente pela ditadura militar e o Salazarismo.

Para o Autor deste livro, a República surgiu para cumprir um desiderato modernizador e, na página 289, explica o que entende por modernização: “Utilizamo-la enquanto conceito que nomeia os fenómenos de mudança social, cujos principais aspectos são a urbanização, industrialização, secularização, democratização, educação e participação e a criação de instrumentos com repercussões nos

modos de vida e nas mentalidades, como os meios de comunicação”. A 1ª República foi, pois, um processo modernizador, mas incompleto e abortado: porquê? A resposta tecida em torno do “possibilismo” tem várias pontas dispersas pelas trezentas páginas da obra, mas uma, que se destaca, e foi desbastada ao longo dos capítulos e dos seus subpontos, sintetiza-se assim: “O seu fracasso teve origem na incapacidade em institucionalizar esse interclassismo numa democracia capaz de gerir e assimilar a conflitualidade indissociável da modernização. Isto enquanto, sem contraditório político-ideológico-social eficaz, se construía uma convergência actuante entre as oligarquias económicas, os militares e a Igreja, que sustentou o 28 de Maio de 1926 e o que se lhe seguiu” (p. 290). Temos, deste modo, a incapacidade, de levar até ao fim, a modernização como a razão maior do fracasso da experiência republicana: porém quem é responsável por essa